

JORNAL DA TARDE

O Congresso Nacional retoma, no final do mês, com o reinício dos trabalhos legislativos, o processo de escolha do novo presidente da sua Comissão Mista de Orçamento e Finanças, interrompido pela falta de acordo entre os partidos com mais representantes, PMDB e PFL, em torno do controle da comissão. A disputa se deve à importância que ela adquiriu com a nova Constituição, que permite vôos verticais no orçamento da União, para emendar, suprimir, reduzir despesas e mudar prioridades. O Congresso e a comissão, entretanto, não têm hoje condições técnicas para mexer no orçamento, principalmente o da área militar, segundo admitem senadores e deputados.

Atualmente, uma assessoria

técnica da comissão analisa o orçamento por áreas e, na grande maioria dos casos, utiliza as informações dos especialistas do próprio governo para orientar os parlamentares. Mas nem na assessoria há especialistas em orçamento militar, considerado verdadeira "caixa preta" nos projetos de lei orçamentária que chegam ao Congresso. O deputado Furtado Leite, presidente por três vezes das comissões de orçamento de finanças, admite que se faz uma checagem dos códigos e verifica-se se receita e despesa batem. Normalmente, explica, designa-se um parlamentar que seja militar da reserva para relatar o orçamento da área. E admite, mais ainda, que as assessorias das Forças Armadas são convocadas para dar uma ajuda, "sem interferência", e um

deputado ou senador assina o trabalho.

O coronel da reserva Jarbas Passarinho, senador pelo PDS, diz que realmente faltam especialistas e isto resulta de um período em que o Congresso teve papel restrito, quando o orçamento era aprovado por aclamação. Mas não existe, realmente, uma pessoa familiarizada com o plano estratégico de ação das Forças Armadas, de onde deriva a necessidade orçamentária. Citando um exemplo, o senador aponta as verbas para compra de helicópteros, que passaram a constar do orçamento do Exército. É preciso, para analisar esta necessidade, estar acompanhando a mudança do tipo de combate e as razões que determinaram uma aviação para cada Força.

O secretário de Orçamento da Sepplan, José Ribas, não vê qualquer problema para análise do orçamento militar, em sua opinião mais clara e objetivo que os dos demais ministérios. Com exceção do SNI — Serviço Nacional de Informações —, que tem verbas não especificadas, a área militar tem um plano a médio e longo prazo e o orçamento é elaborado sobre este plano, com projetos claros.

Uma rápida leitura da lei orçamentária, contudo, aponta o inverso: 90% das verbas do setor militar se destinam à "defesa nacional e segurança pública", sem maior detalhamento. O SNI, por exemplo, tem para este ano uma verba inicial de Cr\$ 1,9 bilhão, dos quais Cr\$ 1,5 bilhão são para "serviços de informações e contra-

informações". A análise do orçamento não permite entender as razões que levam a Aeronáutica a receber o orçamento inicial de Cr\$ 118 bilhões e a Marinha a ter Cr\$ 81 bilhões. No Exército, grande parte do orçamento se destina a "operações terrestres", que envolvem desde a instrução até reequipamento, material veterinário, compra de munição, alimentação de pessoal e modernização da doutrina.

Na alimentação, por exemplo, o Exército justifica os gastos com a "finalidade de manter o estado de higidez da força e sua pronta utilização". Os gastos com combustíveis e lubrificantes são necessários "para cumprimento de missões específicas". O almirante Múcio Piragibe, hoje na re-

15 JUL 1988

serva, vem defendendo a formação de parlamentares especialistas em assuntos militares, capazes de discernir sobre as necessidades do País na área de segurança. Saber decidir, por exemplo, se o País precisa ou não de um submarino nuclear, se o Exército deve ter aviação e a Aeronáutica mais esquadrões de defesa aérea.

Mas este não é o pensamento dominante nas Forças Armadas. Há assessores parlamentares das três Forças que acreditam, por exemplo, que sua função inclui assessorar os parlamentares em assuntos de interesse militar. Alguns lembram que o Congresso levanta suspeitas infundadas sobre o orçamento, mas todos concordam que se mexe pouco nas verbas "por desinteresse".